



Rio Verde Energia S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Rio Verde Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Rio Verde Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para



Rio Verde Energia S.A.

permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida



Rio Verde Energia S.A.

significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 27 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Helena de Petribu Fraga Rocha
Contadora CRC 1PE020549/O-6

Rio Verde Energia S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	50.620	15.330	97.176	41.161	Fornecedores	528	245	783	497
Contas a receber de clientes (Nota 7)	9.025	9.497	12.236	16.621	Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 12)		4.342		4.342
Tributos a recuperar (Nota 8)	206	3.448	206	3.448	Salários e encargos sociais	1.698	1.363	2.061	1.650
Dividendos a receber (Nota 4)	42.491	3.000			Imposto de renda e contribuição social (Nota 21)	449	11.035	1.533	11.448
Estoques	85	81	245	200	Tributos a pagar	148	479	334	691
Partes relacionadas (Nota 9)	191	141	578	186	Dividendos propostos (Nota 14)	40.209	15.125	40.209	15.125
Outros ativos	149	138	250	209	Provisão energia suprimento (Nota 7)	1.753	12.446		12.446
	102.767	31.636	110.691	61.826	Contas a pagar por aquisição de terras (Nota 13)			341	785
					Partes relacionadas (Nota 9)	462	540	784	878
					Passivos de arrendamentos	123	146	151	185
					Outros passivos	845	44	1.730	367
Não circulante						46.215	45.765	47.926	48.413
Realizável a longo prazo					Não circulante				
Tributos a recuperar (Nota 8)	202	202	202	202	Empréstimos e Financiamentos (Nota 12)		119.931		119.931
Partes relacionadas (Nota 9)		22.085		22.085	Contas a pagar por aquisição de terras (Nota 13)			7.879	7.522
Outros ativos			9	6	Passivos de arrendamentos		120		146
	202	22.286	211	22.292			120.052	7.879	127.599
					Total do passivo	46.215	165.817	55.805	176.012
Investimentos em controlada (Nota 4)	107.157	132.853			Patrimônio líquido (Nota 15)				
Imobilizado (Nota 10)	81.967	80.824	181.630	183.121	Capital social	164.924	45.356	164.924	45.356
Intangível (Nota 11)	2.091	2.517	11.242	13.071	Ajustes de avaliação patrimonial	5.355	5.355	5.355	5.355
	191.417	238.480	193.083	218.485	Reservas de lucros	77.690	53.588	77.690	53.588
					Total do patrimônio líquido	247.969	104.299	247.969	104.299
Total do ativo	294.184	270.116	303.774	280.310	Total do passivo e patrimônio líquido	294.184	270.116	303.774	280.310

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Verde Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Operações continuadas				
Receita líquida de vendas (Nota 16)	86.635	68.578	139.428	122.078
Custo da venda de energia elétrica (Nota 17)	(13.804)	(11.529)	(23.553)	(21.322)
Lucro bruto	72.831	57.048	115.875	100.756
Participação nos resultados de controlada (Nota 4)	43.795	41.187		
Despesas gerais e administrativas (Nota 18)	(4.164)	(4.229)	(5.654)	(5.841)
Outros resultados operacionais, líquidos	(211)	21	(325)	252
Lucro operacional	112.251	94.028	109.896	95.167
Receitas financeiras (Nota 19)	5.538	1.842	12.369	3.354
Despesas financeiras (Nota 19)	(3.368)	(16.024)	(3.851)	(16.444)
Receitas financeiras, líquidas	2.170	(14.182)	8.518	(13.091)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	114.421	79.846	118.414	82.076
Imposto de renda e contribuição social (Nota 20)	(4.635)	(11.035)	(8.628)	(13.266)
Lucro líquido do exercício	109.786	68.810	109.786	68.810
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)	45	45	45	45
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	2.431,05	1.523,69	2.431,05	1.523,69

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Verde Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	109.786	68.810	109.786	68.810
Outros componentes do resultado abrangente				
Total do resultado abrangente do exercício	109.786	68.810	109.786	68.810

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Verde Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Reserva de Lucros					Ajuste de avaliação patrimonial	Total
	Capital social	Legal	Incentivo fiscal	Retenção de lucros	Lucros acumulados		
Em 1º de janeiro de 2024	45.356	9.071	9.242	28.590		5.355	97.614
Distribuição de dividendos (Nota 15 (b (ii))) (R\$0,63 por ação)				(28.590)			(28.590)
Lucro líquido do exercício					68.810		68.810
Destinação do lucro líquido do exercício							
Constituição de reserva de incentivos fiscais			1.740		(1.740)		
Antecipação de dividendos (Nota 15 (b(ii))) (R\$ 0,58 por ação)					(26.410)		(26.410)
Dividendo mínimo obrigatório (Nota 15 (c))					(7.125)		(7.125)
Lucro à disposição da Assembleia dos Acionistas (Nota 15 (b (ii)))				33.535	(33.535)		
Em 31 de dezembro de 2024	45.356	9.071	10.982	33.535		5.355	104.299
Distribuição de dividendos (Nota 15 (b (ii))) (R\$0,74 por ação)				(33.535)			(33.535)
Aumento de capital (Nota 15 (a))	119.568						119.568
Lucro líquido do exercício					109.786		109.786
Destinação do lucro líquido do exercício							
Constituição da reserva legal		5.489			(5.489)		
Antecipação de dividendos (Nota 15 (b(ii))) (R\$ 0,26 por ação)					(11.940)		(11.940)
Dividendo mínimo obrigatório (Nota 15 (c))					(40.209)		(40.209)
Lucro à disposição da Assembleia dos Acionistas (Nota 15 (b (ii)))				52.148	(52.148)		
Em 31 de dezembro de 2025	164.924	14.560	10.982	52.148		5.355	247.969

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Verde Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	114.421	79.846	118.414	82.076
Ajustes de				
Depreciação (Nota 10)	3.339	3.189	7.021	6.762
Amortização (Nota 11)	276	262	1.549	1.514
Juros de financiamentos (Nota 12)	3.281	15.622	3.281	15.622
Custo para captação de empréstimos (Nota 12)	70	394	70	394
Participação em sociedades controlada (Nota 4)	(43.795)	(41.187)		
Prejuízo da alienação de imobilizado (Nota 10)	9	265	34	265
Despesa de juros de arrendamentos (Nota 19)	8	3	11	4
Variações do capital circulante				
Contas a receber de clientes (Nota 7)	(10.221)	12.571	(8.061)	12.120
Tributos a recuperar (Nota 8)	(2.527)	(2.283)	(4.851)	(2.715)
Estoques	(40)	194	(44)	357
Outros ativos	(9)	121	(43)	127
Fornecedores	25	(17)	43	(12)
Salários e encargos sociais	335	113	411	72
Partes relacionadas (Nota 9)	(129)	(331)	(486)	(411)
Tributos a pagar	(332)	187	(357)	213
Contas a pagar por aquisição de terras (Nota 13)			(87)	(324)
Outros passivos	19	(116)	1.352	(32)
Caixa gerado nas operações	64.730	68.833	118.257	116.032
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.668)	(14.623)	(10.450)	(16.481)
Juros pagos (Nota 12)	(8.036)	(15.953)	(8.036)	(15.953)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	48.026	38.256	99.771	83.598
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Partes relacionadas (Nota 9)	22.085	(22.085)	22.085	(22.085)
Adições ao imobilizado (Nota 10)	(4.049)	(742)	(5.011)	(1.644)
Adições ao intangível (Nota 11)		(194)	(32)	(517)
Dividendos recebidos (Nota 4)	30.000	27.000		
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	48.036	3.979	17.042	(24.246)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos (Nota 14)	(60.600)	(47.000)	(60.600)	(47.000)
Pagamento de arrendamento	(152)	(24)	(178)	(34)
Pagamento de custo de captação (Nota 12)	(20)	(73)	(20)	(73)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(60.772)	(47.097)	(60.798)	(47.107)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes, líquidos	35.290	(4.863)	56.015	12.247
Caixa e equivalentes, no início do exercício (Nota 6)	15.330	20.193	41.161	28.914
Caixa e equivalentes, no final do exercício (Nota 6)	50.620	15.330	97.176	41.161

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Rio Verde Energia S.A. (a “Companhia”) constituída em 5 de junho de 2001, (a “Companhia”), com sede em Recife - PE, tem como objetivo a produção e a geração de energia elétrica, mediante a exploração do potencial hidráulico da Pequena Central Hidrelétrica (“PCH”) denominada Canoa Quebrada, localizada no Rio Verde, afluyente pela margem esquerda do rio Teles Pires, sub-bacia 17, na bacia hidrográfica do rio Amazonas, na divisa entre os municípios de Lucas do Rio Verde – MT e Sorriso - MT. A PCH Canoa Quebrada tem uma potência instalada de 28 MW.

A Companhia possui filiais em Cuiabá-MT, onde localiza-se o seu Centro de Operações de Geração; e em Lucas do Rio Verde-MT, local da implantação da PCH Canoa Quebrada.

A ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, através de sua Resolução nº 395, de 17 de setembro de 2001, autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a exploração do potencial hidráulico denominado PCH Canoa Quebrada. A autorização vigorará pelo prazo de 30 anos, iniciada em 18 de setembro de 2001.

A Companhia possui licença para operação (LO nº 324100/2021), a qual foi expedida em 19 de abril de 2021 e é válida até 18 de abril de 2026, a gestão da LO é realizada pela Companhia e sua renovação inicia seis meses antes da sua data de vencimento.

A energia gerada pela PCH Canoa Quebrada foi negociada no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia- PROINFA.

No exercício de 2023, a Companhia adquiriu 100% das ações da controlada Empresa Energética Porto das Pedras S.A., conforme descrito na Nota 4 (c).

A Companhia faz parte do Grupo Cornélio Brennand (“Grupo”).

A partir de 02 de dezembro de 2024, a Companhia passou a ser controlada pela Estaten Desenvolvimento e Empreendimentos Ltda., empresa também pertencente ao Grupo Cornélio Brennand, em virtude de cisão parcial realizada na Rio do Sangue Energia S.A.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho da Administração da Companhia em 27 de março de 2026.

1.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 23.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”) e, também, a sua moeda de apresentação.

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

1.3 Contrato de compra e venda de energia

A Companhia firmou, em 30 de junho de 2004, contrato de compra e venda de energia elétrica com as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS no âmbito PROINFA. O mencionado contrato prevê a venda pela Companhia de 184.920 MWh ao ano para a ELETROBRÁS, até 29 de dezembro de 2026.

Em 18 de março de 2008, a Companhia firmou o sexto Aditivo ao contrato de compra e venda de energia elétrica com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, alterando o montante da energia contratada para 200.316 MWh ao ano. O preço contratado é reajustado anualmente com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP–M.

(a) Contratos de conexão e de uso do sistema de distribuição

Durante o exercício de 2004, a Companhia firmou com a Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia contratos de conexão e de uso do sistema de distribuição operado pela Energisa. Os mencionados contratos têm validade até 29 de dezembro de 2026.

A Companhia paga mensalmente à Energisa o encargo devido pelo uso do sistema de distribuição, calculado conforme determinado pela ANEEL. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante pago pela Companhia foi de R\$ 1.887 (2024 – R\$ 1.395), na controladora, e R\$ 3.363 (2024 – R\$ 2.813) no consolidado, registrado como custo da energia elétrica (Nota 17).

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.4 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes alterações de normas ocorreram pela primeira vez, em 1º de janeiro de 2025:

. Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: Alterações ao IAS 21/ CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis: em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

O Grupo não identificou impactos em suas operações ou demonstrações financeiras.

1.5 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

A empresa controlada incluída na consolidação estão descritas na Nota 4 e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na seção 22.1.

1.6 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

(a) Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (IS) - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro Projeto de Lei Complementar (PLP) no 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP no 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar no 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP no 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC no 214/2025.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 da Companhia.

(b) Subvenção de incentivo de imposto de renda para modernização

A subvenção é concedida pelo prazo certo de 10 anos para os empreendimentos industriais na área de atuação da SUDAM que comprovarem, a realização de investimentos no Mato Grosso, para a modernização, ampliação ou diversificação de unidades industriais na região, desde que atendidas todas as condições e obrigações exigidas na legislação pertinente para obtenção da contrapartida da União.

O benefício para modernização de empreendimento industrial na área de atuação da SUDAM, foi reconhecido em 2025 através do decreto 11.230 da SUDAM e Laudo Constitutivo de nº 132/2025, cujo prazo de fruição é de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2034.

Em decorrência do regime tributário da Companhia no exercício ser o lucro presumido, não houve aproveitamento fiscal do referido incentivo.

(c) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas

A matriz energética brasileira é predominantemente composta por geração hidrelétrica, o que torna o atendimento à carga sensível às variações das condições hidrológicas tanto nas regiões onde a Companhia atua quanto em outras áreas do país. Essas oscilações influenciam diretamente a disponibilidade de recursos hídricos e, consequentemente, o comportamento dos preços de energia no mercado.

O período de maior precipitação, compreendido entre outubro e março — conhecido como período úmido — é fundamental para a recomposição dos reservatórios, garantindo condições adequadas para o atendimento da demanda ao longo dos demais meses do ano.

Em 2025, o regime hidrológico registrou o oitavo pior resultado desde 1931. Esse desempenho foi marcado pela frustração no início do período úmido de 2025/2026, a partir de outubro de 2025, ocasionando elevação dos preços projetados para 2026.

No âmbito operacional, a usina não é despachada de forma centralizada pelo ONS, o que faz com que sua geração esteja diretamente vinculada ao regime de chuvas da região onde está localizada. Apesar da deterioração das condições hidrológicas a partir de outubro de 2025, a geração total em 2025 foi superior ao esperado.

2 Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Vida útil dos bens do ativo imobilizado

A Companhia utiliza os critérios definidos na resolução ANEEL nº 367, de 02 de junho de 2009, atualizada pela resolução nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado porque entende que refletem os períodos durante os quais serão gerados benefícios econômicos pelos ativos.

(b) Passivos contingentes

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

(c) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao imposto de renda e contribuição social com base nas alíquotas vigentes. A Companhia e suas controladas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais no período em que o valor definitivo é determinado.

3 Gestão do risco financeiro

3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e sua controlada as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco regulatório.

O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Durante os exercícios de 2025 e de 2024, a Companhia e sua controlada não celebraram contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos.

A gestão de risco é realizada pelo setor Financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor Financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Companhia administra sua exposição.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado – taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	Monitoramento da taxa de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ <i>ratings</i>
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

(a) Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e de sua controlada incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a Debêntures captados no mercado. A Companhia e sua controlada monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior aos valores eventualmente já provisionado.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelo setor financeiro.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	Menos de um ano	Entre um e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2025		
Fornecedores	783	
Partes relacionadas (Nota 9)	784	
Contas a pagar por aquisição de terras (Nota 13)	341	7.879
Passivos de arrendamentos	279	2.367
Em 31 de dezembro de 2024		
Fornecedores	497	
Partes relacionadas (Nota 9)	878	
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 12)	26.830	148.635
Contas a pagar por aquisição de terras (Nota 13)	785	7.522
Passivos de arrendamentos	331	

(d) Risco Regulatório

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

3.2 Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamento de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, entre outros.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

4 Investimentos

(a) Movimentação do investimento

	Controladora	
	2025	2024
Em 1º de janeiro	132.853	121.666
Participação no resultado de controlada	43.795	41.187
Dividendos a receber da controlada (i)	(69.491)	(30.000)
Em 31 de dezembro	107.157	132.853

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Em 2025, a controlada Empresa Energética Porto das Pedras S.A., declarou dividendos no montante de R\$ 69.491 (2024- R\$ 30.000), dos quais foram recebidos R\$ 30.000 (2024 -R\$ 27.000), remanescendo R\$ 42.491 (2024 – R\$ 3.000) a receber, com previsão de liquidação em 2026.

(b) **Participação societária no investimento**

	Milhares de ações possuídas pela Companhia	Participação da Companhia	Patrimônio líquido	Lucro líquido
	Ordinárias	No capital social integralizado%		
Em 31 de dezembro de 2025				
Empresa Energética Porto das Pedras S.A.	100%	100%	107.157	43.795
Em 31 de dezembro de 2024				
Empresa Energética Porto das Pedras S.A.	100%	100%	132.853	41.187

(c) **Outras informações relevantes**

Empresa Energética Porto das Pedras S.A.

A investida com sede em Recife – PE, tem como atividade preponderante a produção e geração de energia elétrica mediante a exploração de potencial hidráulico da Pequena Central Hidrelétrica denominada Porto das Pedras, situada no Estado do Mato Grosso do Sul. Em 01 de abril de 2007, a investida iniciou sua operação. Após o início das operações, a PCH Porto das Pedras passou a contar com uma potência total instalada de 28 MW.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

	<u>Controladora</u> Valor dos ativos financeiros apresentados no balanço patrimonial	<u>Consolidado</u> Valor dos ativos financeiros apresentados no balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2025		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	50.620	97.176
Partes relacionadas (Nota 10)	191	578
Contas a receber de clientes (Nota 7)	9.025	12.236
Dividendos a receber (Nota 4)	42.491	
	<u>102.327</u>	<u>109.990</u>
Em 31 de dezembro de 2024		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	15.330	41.161
Partes relacionadas (Nota 10)	141	186
Contas a receber de clientes (Nota 7)	9.497	16.621
Dividendos a receber (Nota 4)	3.000	
	<u>27.968</u>	<u>57.968</u>

(b) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

	<u>Controladora</u> Valor dos passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial	<u>Consolidado</u> Valor dos passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2025		
Fornecedores	528	783
Passivos de arrendamentos	123	151
Contas a pagar por aquisição de terras (Nota 14)		8.220
Partes relacionadas (Nota 10)	462	784
	<u>1.113</u>	<u>9.938</u>
Em 31 de dezembro de 2024		
Fornecedores	245	497
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	124.273	124.273
Passivos de arrendamentos	146	185
Contas a pagar por aquisição de terras (Nota 14)		8.307
Partes relacionadas (Nota 10)	540	878
	<u>125.204</u>	<u>134.140</u>

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Recursos em banco e em caixa (i)	5.058	2.258	6.974	2.705
Depósitos bancários de curto prazo (ii)	45.562	13.072	90.202	38.456
	<u>50.620</u>	<u>15.330</u>	<u>97.176</u>	<u>41.161</u>

- (i) O saldo de recursos em banco e em caixa compreende depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato.
- (ii) Os Certificados de depósitos bancários estão indexados pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e podem ser resgatados imediatamente em um montante conhecido de caixa, sem penalidade de juros, e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, cuja intenção da Administração é fazer uso desses recursos no curto prazo. Referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia e sua controlada.

A variação do saldo em 2025, refere-se, em parte, ao recebimento do mútuo com parte relacionada (Nota 9).

7 Contas a receber de clientes

(a) Contas a receber

O saldo refere-se a valores a receber pela geração e fornecimento de energia para os clientes os quais possuem contratos de compra e venda de energia junto à Companhia e sua controlada, conforme Nota 1.3. O saldo de contas a receber em 31 de dezembro 2025 é de R\$ 9.025 (2024 - R\$ 9.497), na controladora, e R\$ 12.236 (2024 - R\$ 16.621), no consolidado.

A Companhia e sua controlada não constituiu, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em virtude de não haver histórico de perda e por conter essencialmente valores recebíveis de até 90 dias.

(b) Provisão de energia suprimento

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo a pagar no montante de R\$ 1.753 (2024 - R\$ 12.446) refere-se à diferença entre a energia contratada e a energia produzida pela PCH Canoa Quebrada. O referido saldo será pago em 2026, através de acertos nas faturas mensais emitidas.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	202	202	202	202
Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS	156		156	
Programa de integração social - PIS	34		34	
Imposto de renda a recuperar (i)	8	2.457	8	2457
Contribuição social a recuperar (i)	8	991	8	991
	408	3.650	408	3.650
(-) Circulante	(206)	(3.448)	(206)	(3.448)
Não circulante	202	202	202	202

- (i) Em 2025, a variação nos valores de imposto de renda e contribuição social a recuperar, em comparação ao mesmo período de 2024, é decorrente da mudança no regime de tributação da Companhia, que passou a ser do Lucro Presumido.

9 Partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Estaten Desenvolvimento e Empreendimentos Ltda., com 100% das ações.

9.1 Controladora

(i) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores. A remuneração paga ou a pagar refere-se a honorários da diretoria por serviços prestados e está apresentada a seguir:

	Controladora	
	2025	2024
Honorários da diretoria	72	86
	72	86

(ii) Empréstimos com partes relacionadas (mútuo)

	Controladora	
	Ativo não circulante	
	2025	2024
Rio Sucuriú Energia S.A.		22.085
		22.085

O mútuo foi quitado em janeiro de 2025.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Outras transações

	Ativo circulante		Passivo circulante	
	2025	2024	2025	2024
Atiaia Energia S.A.	190	132	377	457
Ical Vidros S.A.			39	52
Ical Agropecuária S.A.			31	7
Rio Nascente Energia S.A.		9		
Ical Participações S.A.			8	17
Companhia Agrícola e Industrial São João	1		6	6
Outros			1	1
	<u>191</u>	<u>141</u>	<u>462</u>	<u>540</u>

Referem-se essencialmente ao rateio das despesas administrativas-ordinárias de pessoal com as demais empresas do Grupo, de acordo com os critérios e parâmetros estabelecidos em laudo técnico elaborado por empresa especializada.

9.2 Consolidado

Os seguintes saldos referem-se a transações com as partes relacionadas abaixo identificadas:

(i) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por serviços de empregados, está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
Honorários da diretoria	112	151
	<u>112</u>	<u>151</u>

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Outras transações

	Ativo circulante		Passivo circulante	
	2025	2024	2025	2024
Atiaia Energia S.A.	569	177	653	748
Ical Vidros S.A.	1		54	80
Ical Agropecuária S.A.	1		41	11
Rio Sucuriú Energia S.A.	3		14	
Companhia Agrícola e Industrial São João	3		11	10
Ical Participações S.A.			10	25
Rio Nascente Energia S.A.		9		
Outros	1		1	3
	<u>578</u>	<u>186</u>	<u>784</u>	<u>878</u>

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Imobilizado

	Controladora									
	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Direito de Uso	Total em operação	Obras em andamento	Adiantamento a fornecedor	Líquido
Em 31 de dezembro de 2024										
Saldo inicial	9.423	44.304	27.569	123	92		81.511	118		81.629
Transferências	16	(23)	121		11		126	(127)		
Aquisições	41	348	235		89		713	29		742
Reclassificação	94	862	683	2		287	1.927	(20)		1.907
Alienações	(265)						(265)			(265)
Depreciação		(1.468)	(1.651)	(22)	(9)	(38)	(3.189)			(3.189)
Saldo contábil, líquido	<u>9.309</u>	<u>44.023</u>	<u>26.957</u>	<u>103</u>	<u>183</u>	<u>249</u>	<u>80.824</u>			<u>80.824</u>
Em 31 de dezembro de 2024										
Custo	9.309	46.945	30.172	150	199	287	87.062			87.062
Depreciação acumulada		(2.922)	(3.215)	(47)	(15)	(38)	(6.238)			(6.238)
Saldo contábil, líquido	<u>9.309</u>	<u>44.023</u>	<u>26.957</u>	<u>103</u>	<u>183</u>	<u>249</u>	<u>80.824</u>			<u>80.824</u>
Em 31 de dezembro de 2025										
Saldo inicial	9.309	44.023	26.957	103	183	249	80.824			80.824
Transferências	9	(129)	283	5	(2)		166	(166)		
Aquisições	18	530	2.839	361	16		3.764	285		4.049
Reclassificação (i)	8	90	116	24			238	(54)	258	442
Alienações								(9)		(9)
Depreciação (a)		(1.497)	(1.637)	(49)	(13)	(143)	(3.339)			(3.339)
Saldo contábil, líquido	<u>9.344</u>	<u>43.017</u>	<u>28.558</u>	<u>444</u>	<u>184</u>	<u>106</u>	<u>81.651</u>	<u>57</u>	<u>258</u>	<u>81.967</u>
Em 31 de dezembro de 2025										
Custo	9.344	47.436	33.410	540	212	287	91.229	57	258	91.544
Depreciação acumulada		(4.419)	(4.852)	(96)	(28)	(181)	(9.576)			(9.576)
Saldo contábil, líquido	<u>9.344</u>	<u>43.017</u>	<u>28.558</u>	<u>444</u>	<u>184</u>	<u>106</u>	<u>81.651</u>	<u>57</u>	<u>258</u>	<u>81.967</u>
Taxas anuais médias de depreciação		3,16%	4,90%	9,01%	5,92%	50,00%				

Rio Verde Energia S.A.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(a) Depreciação (controladora)

A depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi registrada como custo da energia vendida, no montante de R\$ 3.283 (2024 - R\$ 3.134), e despesas gerais e administrativas, no montante de R\$ 56 (2024- R\$ 55).

(i) Reclassificação (controladora)

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo no montante de R\$ 442 (2024 – R\$ 1.907) refere-se, basicamente, a reclassificações do intangível para o imobilizado.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado									
	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Direito de Uso	Total em operação	Obras em andamento	Adiantamento a fornecedor	Líquido
Em 31 de dezembro de 2024										
Saldo inicial	27.209	100.028	57.306	124	241		184.908	538	69	185.516
Transferências	90	94	242		6		432	(433)		
Aquisições	45	458	977		138		1.619	25		1.644
Reclassificação (i)	237	1.425	1.145	2		360	3.168	(111)	(69)	2.988
Alienações	(265)						(265)			(265)
Depreciação (a)		(3.410)	(3.258)	(23)	(23)	(47)	(6.762)			(6.762)
Saldo contábil, líquido	<u>27.316</u>	<u>98.594</u>	<u>56.412</u>	<u>103</u>	<u>362</u>	<u>313</u>	<u>183.101</u>	<u>20</u>		<u>183.121</u>
Em 31 de dezembro de 2024										
Custo	27.316	103.458	70.891	151	391	360	202.569	20		202.589
Depreciação acumulada		(4.864)	(14.479)	(48)	(29)	(47)	(19.467)			(19.467)
Saldo contábil, líquido	<u>27.316</u>	<u>98.594</u>	<u>56.412</u>	<u>103</u>	<u>362</u>	<u>313</u>	<u>183.101</u>	<u>20</u>		<u>183.121</u>
Em 31 de dezembro de 2025										
Saldo inicial	27.316	98.594	56.412	103	362	313	183.101	20		183.121
Transferências	22	(165)	439	5	5		306	(306)		
Aquisições	18	794	3.056	472	16		4.356	655		5.011
Reclassificação (i)	33	185	95	24			337	(45)	261	553
Alienações								(34)		(34)
Depreciação (a)		(3.463)	(3.300)	(50)	(28)	(180)	(7.021)			(7.021)
Saldo contábil, líquido	<u>27.389</u>	<u>95.945</u>	<u>56.702</u>	<u>554</u>	<u>355</u>	<u>133</u>	<u>181.079</u>	<u>290</u>	<u>261</u>	<u>181.630</u>
Em 31 de dezembro de 2025										
Custo	27.389	104.272	74.481	652	412	360	207.567	290	261	208.120
Depreciação acumulada		(8.327)	(17.779)	(98)	(57)	(227)	(26.488)			(26.490)
Saldo contábil, líquido	<u>27.389</u>	<u>95.945</u>	<u>56.702</u>	<u>554</u>	<u>355</u>	<u>133</u>	<u>181.079</u>	<u>290</u>	<u>261</u>	<u>181.630</u>
Taxas anuais médias de depreciação		3,32%	4,43%	7,65%	6,75%	50,00%				

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Depreciação (consolidado)

A depreciação consolidada do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi registrada como custo da energia vendida, no montante de R\$ 6.943 (2024 – R\$ 6.685), e despesas gerais e administrativas, no montante de R\$ 78 (2024 – R\$ 77).

(i) Reclassificação (consolidado)

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo no montante de R\$ 553 (2024 - R\$ 2.988) refere-se, basicamente, a reclassificações do intangível para o imobilizado.

11 Intangível

	Controladora				
	Ágio (i)	Software	Renovação de Licença e outros	Servidões	Total
Em 31 de dezembro de 2024					
Saldo inicial	1.832		1.910	366	4.108
Aquisições			194		194
Transferência	136	65	(202)		
Reclassificação	41		(1.564)		(1.523)
Amortização (a)	(226)	(32)	(4)		(262)
Saldo contábil, líquido	<u>1.783</u>	<u>34</u>	<u>335</u>	<u>366</u>	<u>2.517</u>
Em 31 de dezembro de 2024					
Custo	5.838	1.053	1.046	366	8.303
Amortização acumulada	(4.055)	(1.020)	(711)		(5.786)
Saldo contábil, líquido	<u>1.783</u>	<u>34</u>	<u>335</u>	<u>366</u>	<u>2.517</u>
Em 31 de dezembro de 2025					
Saldo inicial	1.783	34	335	366	2.517
Reclassificação (ii)	42		(192)		(150)
Amortização (iii)	(230)	(42)	(4)		(276)
Saldo contábil, líquido	<u>1.595</u>	<u>(8)</u>	<u>139</u>	<u>366</u>	<u>2.091</u>
Em 31 de dezembro de 2025					
Custo	5.880	1.053	854	366	8.153
Amortização acumulada	(4.285)	(1.062)	(715)		(6.062)
Saldo contábil, líquido	<u>1.595</u>	<u>(8)</u>	<u>139</u>	<u>366</u>	<u>2.091</u>

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Ágio

O saldo refere-se à mais valia paga quando da aquisição do projeto relacionado à pequena central hidrelétrica (PCH), a qual foi fundamentado em expectativa de rentabilidade futura. O ágio é amortizado pelo prazo remanescente do direito à autorização.

(ii) Reclassificação (controladora)

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo no montante de R\$ 150 (2024 - R\$ 1.532) refere-se, basicamente, a reclassificações do intangível para o imobilizado.

(iii) Amortização (controladora)

A amortização do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 46 (2024 – R\$ 36) foi registrada como custo da energia vendida. Em despesas gerais e administrativas, registrou o montante de R\$ 230 (2024 - R\$ 226).

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado					
	Ágio (i)	Software	Renovação de Licença e outros	Servidões	Ext. Outorga Lei 14.182	Total
Em 31 de dezembro de 2024						
Saldo inicial	2.644		4.103	366	9.321	16.434
Aquisições			517			516
Transferência	147	65	(213)			
Reclassificação	50	93	(2.505)			(2.362)
Amortização (a)	(306)	(34)	(247)		(930)	(1.517)
Saldo contábil, líquido	<u>2.535</u>	<u>125</u>	<u>1.655</u>	<u>366</u>	<u>8.391</u>	<u>13.071</u>
Em 31 de dezembro de 2024						
Custo	7.810	1.410	3.713	366	11.415	24.715
Amortização acumulada	(5.275)	(1.286)	(2.058)		(3.024)	(11.643)
Saldo contábil, líquido	<u>2.535</u>	<u>125</u>	<u>1.655</u>	<u>366</u>	<u>8.391</u>	<u>13.071</u>
Em 31 de dezembro de 2025						
Saldo inicial	2.535	125	1.655	366	8.391	13.071
Aquisições			32			32
Reclassificação (ii)	47		(359)			(312)
Amortização (iii)	(310)	(61)	(248)		(930)	(1.549)
Saldo contábil, líquido	<u>2.271</u>	<u>64</u>	<u>1.079</u>	<u>366</u>	<u>7.461</u>	<u>11.242</u>
Em 31 de dezembro de 2025						
Custo	7.857	1.410	3.386	366	11.415	24.434
Amortização acumulada	(5.586)	(1.346)	(2.307)		(3.954)	(13.192)
Saldo contábil, líquido	<u>2.271</u>	<u>64</u>	<u>1.079</u>	<u>366</u>	<u>7.461</u>	<u>11.242</u>

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Ágio

O saldo refere-se à mais valia paga quando da aquisição do projeto relacionado à pequena central hidrelétrica (PCH), a qual foi fundamentado em expectativa de rentabilidade futura.

A amortização é efetuada de acordo com o prazo de autorização da PCH.

(ii) Reclassificação (consolidado)

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo no montante de R\$ 312 (2024 – R\$ 2.362) refere-se, basicamente, a reclassificações do intangível para o imobilizado.

(iii) Amortização (consolidado)

O saldo de amortização consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 1.239 (2024 – R\$ 1.213), registrado como custo da energia vendida. Em despesas gerais e administrativas, registrou o montante de R\$ 310 (2024 – R\$ 304)

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Instituição financeira	Modalidade	Taxa média a.a	Índice	Data Início	Cessão	Valor Contratado	2024		
							Circulante	Não circulante	Total
Bradesco	Debêntures	CDI + 2,35%	CDI	mar/23	mar/25	120.000	4.342	119.931	124.273
Total dos empréstimos						120.000	4.342	119.931	124.273

(a) Debêntures

Em março de 2025, a titularidade da dívida foi transferida para a Atiaia Energia S.A., controladora da Estaten Desenvolvimento e Empreendimentos Ltda., passando a figurar como devedora da obrigação. A operação foi concretizada mediante aumento de capital em cadeia, em montante equivalente ao saldo integral da obrigação.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação da dívida é como segue:

	Controladora	
	2025	2024
Em 1º de janeiro	124.273	124.284
Cessão da dívida (i)	(119.568)	
Juros incorridos (Nota 19)	3.281	15.622
Juros pagos	(8.036)	(15.953)
Pagamento de custos de captação	(20)	(73)
Apropriação de custo de captação	70	394
Em 31 de dezembro	124.273	124.273

(i) **Valor considerado como aumento de capital, na cisão da dívida para a controladora, conforme mencionado acima nessa Nota.**

13 Contas a pagar pela aquisição de terras

	Consolidado	
	2025	2024
Rodiney Sanches Ogeda	8.220	8.307
(-) Circulante	(341)	(785)
Não Circulante	7.879	7.522

A Empresa Energética Porto das Pedras S.A., controlada da Companhia, firmou contrato particular para compra de uma área de 84,96 Ha com o Sr. Rodiney Sanches Ogeda destinada à implantação da PCH Porto das Pedras.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Mensalmente, a investida paga o percentual de 1,47% da sua energia mensal produzida, limitado ao piso mínimo de 200,18 MWh durante o seu prazo de autorização.

As atualizações entre o preço do MWh bem como as variações entre o piso mínimo e o efetivamente pago são lançados como despesas financeiras, conforme incorridos.

A dívida de R\$ 8.220 (2024 – R\$ 8.307) está representada pelo total de 23.261 MWh e tarifa média de R\$ 353,37 p/MWh.

14 Dividendos propostos

A movimentação dos dividendos propostos é como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Em 1º de janeiro	15.125	
Declaração de dividendos	33.535	55.000
Antecipação dividendos 2025	11.940	
Pagamento de dividendos	(60.600)	(47.000)
Dividendo mínimo obrigatório	40.209	7.125
Em 31 de dezembro	<u>40.209</u>	<u>15.125</u>

15 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 17 de março de 2025, foi aprovado aumento de capital no valor de R\$ 119.568, o qual foi totalmente subscrito e integralizado, com emissão de novas ações.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social, no montante de R\$ 164.924 (2024 – R\$ 45.356), é composto por 45.159.552 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, integralmente subscritas e integralizadas pela Estaten Desenvolvimento e Empreendimentos Ltda.

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo é de R\$ 14.560 (2024 – R\$ 9.071).

(ii) Retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 52.148 (2024 – R\$ 33.535) representa a parcela destinada do lucro, após constituição da reserva legal e destinação do dividendo mínimo obrigatório, que deverá ser deliberada de forma definitiva através de ato societário.

Durante o exercício de 2025, a Administração da Companhia declarou dividendos no montante de R\$ 33.535 (2024 – R\$ 28.590) e efetuou antecipação de dividendos no montante de R\$ 11.940 (2024 – R\$ 26.410).

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Reserva de incentivos fiscais

O saldo em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 10.982 (2024 – R\$ 10.982) refere-se aos benefícios de:

- isenção de 75% do imposto de renda devido sobre o resultado da produção anual de até 205.825 Wh/Ano, no montante de R\$9.242;
- Incentivo de Reinvestimento, no montante de R\$1.740, constituído em 31 de dezembro de 2024.

(c) Dividendo mínimo obrigatório

Ao acionista é assegurado o direito de receber dividendos mínimos obrigatórios de 50% conforme disposto no artigo 202 da lei das sociedades por ações.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	109.786	68.810
(-) Reserva legal	(5.489)	
(-) Reserva de incentivos fiscais		(1.740)
Lucro distribuível	<u>104.297</u>	<u>33.535</u>
Antecipação de dividendos	(11.940)	(26.410)
Dividendos propostos	<u>40.209</u>	<u>7.125</u>

(d) Ajustes de avaliação patrimonial

A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito dos ganhos ou perdas na aquisição de participação em controlada no montante de R\$ 5.355 (2024 – R\$ 5.355).

O detalhamento da operação segue abaixo:

	<u>2023</u>
Preço de aquisição	(118.003)
Patrimônio líquido a partir de 1º de maio de 2023	<u>123.358</u>
	<u>5.355</u>

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Receita líquida de vendas

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita bruta de vendas	89.917	75.568	144.710	131.094
Impostos incidentes sobre vendas	(3.282)	(6.990)	(5.282)	(9.017)
	<u>86.635</u>	<u>68.578</u>	<u>139.428</u>	<u>122.078</u>

A variação do saldo em 2025, em comparação ao mesmo período de 2024, refere-se a provisão do excedente de energia do anuênio de 2025-2026.

17 Custo da venda de energia elétrica

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Salários e encargos sociais	5.686	4.459	7.452	5.987
Depreciação (Nota 11)	3.283	3.134	6.943	6.685
Custo do uso do sistema de distribuição (Nota 1.3 (a))	1.887	1.395	3.363	2.813
Prestação de serviços de terceiros	1.079	736	1.573	1.188
Amortização (Nota 12)	46	36	1.239	1.213
Assistência médica e seguros	730	597	1.188	985
Viagens e combustíveis	299	188	468	306
Impostos e taxas	142	176	271	299
Locação de bens, imóveis e veículos	141	139	160	253
Outros custos	511	669	896	1.593
	<u>13.804</u>	<u>11.529</u>	<u>23.553</u>	<u>21.322</u>

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Salários e encargos sociais	2.250	1.926	2.977	2.723
Prestação de serviços de terceiros	1.045	945	1.421	1.333
Amortização (Nota 12)	230	226	310	304
Assistência médica e seguros	217	201	316	284
Transportes e refeições	97	88	139	137
Depreciação (Nota 11)	56	55	78	77
Viagens	52	23	61	35
Locação de bens, imóveis e veículos	21	10	39	17
Impostos e taxas	12	2	14	7
Donativos e brindes (i)		551		551
Outros	184	202	299	374
	<u>4.164</u>	<u>4.229</u>	<u>5.654</u>	<u>5.841</u>

- (i) Em 2024, o montante de R\$ 551 refere-se a doações incentivadas. Em 2025, não houve o reconhecimento desse tipo de despesa, em virtude da alteração do regime de tributação do lucro real para o lucro presumido.

19 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita de juros de aplicação (i)	5.534	1.822	12.249	3.334
Outras receitas financeiras	4	20	120	20
Receitas financeiras	<u>5.538</u>	<u>1.842</u>	<u>12.369</u>	<u>3.354</u>
Tarifas bancárias		(4)	(1)	(5)
Juros sobre debêntures (i)	(3.290)	(15.622)	(3.290)	(15.622)
Apropriação de custo de captação	(70)	(394)	(70)	(394)
Despesa de juros de arrendamento	(8)	(3)	(11)	(4)
Outras despesas financeiras		(1)	(480)	(419)
Despesas financeiras	<u>(3.368)</u>	<u>(16.024)</u>	<u>(3.851)</u>	<u>(16.444)</u>
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	<u>2.170</u>	<u>(14.182)</u>	<u>8.518</u>	<u>(13.091)</u>

- (i) O aumento em 2025, em comparação ao mesmo período de 2024, ocorreu em função da elevação dos rendimentos das aplicações financeiras que a Companhia possui.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) A redução em 2025 é em decorrência da cessão da dívida para a Atiaia Energia S.A., como descrito na Nota 12.

20 Despesa de imposto de renda e contribuição social

(a) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social para as empresas regidas pelo lucro real

Rio Verde Energia S.A.	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	79.846
Adições Temporárias	860
Adições Permanentes	2.582
Total das Adições	<u>3.442</u>
Exclusões Temporárias	2.782
Exclusões Permanentes	41.207
Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial	41.187
Outras Receitas Não Tributáveis	20
Total das Exclusões	43.989
Lucro/Prejuízo Fiscal CSLL	39.288
Lucro/Prejuízo Fiscal IRPJ CSLL 9%	39.369
	3.536
IRPJ 15%	5.905
IRPJ Adicional 10%	3.913
Tota IRPJ antes deduções	9.818
(-) PAT (4%)	(29)
(-) Doações incentivadas	(550)
Total Deduções	<u>2.318</u>
Total IRPJ do Exercício	7.499
Carga Tributária Total IR/CSLL	<u>11.035</u>

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reconciliação consolidada da despesa do imposto de renda e da contribuição social para as empresas regidas pelo lucro presumido (Consolidado)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita bruta de vendas	144.710	55.527
Presunção 8% - Imposto de renda	11.577	4.442
Presunção 12% - Contribuição social	17.365	6.663
Demais receitas e ganhos de capital	159	5
Imposto de renda - Presumido		
Imposto de renda: 15%	1.760	667
Adicional: 10%	1.126	421
Imposto de renda - Total	<u>2.886</u>	<u>1.088</u>
Contribuição social sobre lucro líquido - Presumido		
Contribuição social: 9%	<u>1.577</u>	<u>600</u>
Imposto de renda e contribuição social do exercício	<u>4.463</u>	<u>1.688</u>
IR/CSL Diferido sobre operações financeiras	<u>4.165</u>	<u>542</u>
Carga Tributária Total IR/CSLL	<u>8.628</u>	<u>2.231</u>

Os demonstrativos apresentam de forma segregada a apuração do imposto de renda e da contribuição social pelo regime do lucro real e do lucro presumido.

Em 2025, o regime de tributação da Rio Verde Energia S.A. foi alterado do lucro real para o lucro presumido.

Totalizando a despesa de imposto de renda e contribuição social para o consolidado, conforme quadro abaixo:

	Consolidado	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Carga Tributária - Lucro Real		11.035
Carga Tributária - Lucro Presumido	8.628	2.231
Carga Tributária Total Consolidada	<u>8.628</u>	<u>13.266</u>

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas, em conjunto com outras empresas do Grupo Cornélio Brennand, pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía em conjunto com outras empresas do Grupo Cornélio Brennand, apólice de seguro de Risco Operacional contratada com terceiros, com as seguintes coberturas:

Coberturas	Limite Máximo de Indenização (LMI)
Danos materiais	102.136
Quebra de máquinas	15.000
Danos elétricos	15.000
Alagamento e inundação	15.000
Despesas extraordinárias*	2.000
Pequenas obras de engenharia*	5.000
Honorários de peritos*	1.000
Erros e omissões *	5.000
Despesas de salvamento e contenção de sinistros *	5.000
Remoção de entulho*	5.000
Demolição e aumento no custo da construção*	2.000
Afretamento de aeronaves*	500
Linha de Transmissão	3.000

*Previsto pagamento de franquia equivalente a 15% dos prejuízos, com o valor mínimo de R\$ 1.000, exceto itens destacados com asterisco cuja franquia possui condições específicas.

A Companhia possui também cobertura de seguros para Lucros Cessantes, com Limite máximo de Indenização de R\$ 92.918 e Seguro de Responsabilidade Civil com LMI de R\$ 15.000.

22 Eventos Subsequentes

A Companhia está em processo de renovação da sua licença ambiental em virtude do seu vencimento em 18/04/2026. De acordo com a regulamentação do órgão ambiental o pedido de renovação deve ser protocolado com, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias de antecedência em relação à data de vencimento da licença. O protocolo foi realizado em 17/11/2025.

Informamos ainda que, ao protocolarmos a solicitação dentro desse prazo mínimo, a validade da licença é automaticamente prorrogada até a manifestação do órgão ambiental competente. Com isso, permanecemos plenamente regularizados durante todo o período de análise.

A Companhia investiu R\$ 27 em gastos com essa renovação que deverão ser amortizados após a renovação, no prazo de vigência da nova licença.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

23.1 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controlada

Controlada é toda entidade (incluindo as entidades de propósito específico) na qual a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. A controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, quando aplicável, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*), quando aplicável. Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações entre Companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. As políticas contábeis da controlada são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

23.3 Ativos e passivos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a seguinte categoria: custo amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos.

(a) Custo amortizado

Custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro é o montante pelo qual o ativo ou o passivo financeiro é mensurado em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais ou menos juros acumulados calculados com base no método da taxa efetiva de juros menos qualquer redução (direta ou por meio de conta de provisão) por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de recebimento.

23.4 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros.

23.5 Tributos a recuperar

São avaliados pelo custo e não excedem ao valor esperado de realização.

23.6 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas e alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

A Administração da Companhia, entende que as vidas úteis definidas pela ANEEL representam as vidas úteis econômicas dos ativos. Essas vidas úteis estão definidas na Resolução Normativa nº 474 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), de 7 de fevereiro de 2012.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As taxas de depreciação utilizadas para os ativos mais representativos da Companhia são apresentadas abaixo:

Geração	Taxas anuais de depreciação - %
Casa de Força – Produção hidráulica	2,00
Comporta	3,33
Gerador	3,33
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57
Ponte rolante, guindaste e pórtico	3,33
Reservatório, barragem e adutora	2,00
Turbina hidráulica	2,50
Chave tensão igual ou superior a 69 Kv	3,33
Chave tensão igual ou inferior a 69 Kv	6,67
Disjuntor	3,03
Estrutura em LT – Torre	2,70
Reator	2,78
Sistema de aterramento	3,03
Transformador de força	2,86
Transformador de corrente/potencial igual ou superior a 69 Kv	3,33
Transformador de corrente/potencial igual ou inferior a 69 Kv	4,35
Transformador de potencial capacitivo ou resistivo	3,33
Para-raios	4,17
Administração central	
Equipamentos gerais	16,00
Veículos	14,29

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela Aneel através da Resolução nº 367 em vigor desde 2 de junho de 2009. Alguns bens do ativo possuem vida útil superior ao prazo de autorização em estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica e, portanto, ao término de 30 (trinta) anos de exploração do serviço, esses bens ainda terão valor residual não depreciado.

23.7 Intangível

(a) Ágio

Representado pela mais valia paga pela Amper Energia S.A., na aquisição da participação acionária da Rio Verde Energia S.A., e pela Rio Água Clara Ltda., na aquisição da participação acionária da Empresa Energética Porto das Pedras S.A., os quais foram fundamentados por expectativa de rentabilidade futura. A mais valia é amortizada pelo prazo remanescente do direito à autorização e foi originada em combinação de negócio que ocorreu antes da transição para as novas normas contábeis (novos CPC's).

(b) Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

(c) Extensão de outorga

Ao estender o prazo de concessão ou autorização das geradoras hidrelétricas, uma vez que essas não estão sujeitas ao IFRIC 12 (ICPC 01) – Concessões, o Poder Concedente compensa as companhias cedendo um direito não pecuniário, em forma de extensão do prazo de concessão ou autorização, com caráter de recuperação de custos incorridos a partir de 2012, reconhecido como capital despendido pela lei. No decorrer do processo de regulamentação pela ANEEL, que culminou com a publicação da Resolução Normativa nº 895/2020 (“Resolução”), a CCEE efetuou, a pedido da ANEEL, cálculos preliminares do tempo estimado de extensão de outorga dos agentes elegíveis, conforme premissas iniciais da abertura da consulta pública, divulgados no site da Agência em outubro/2020. Os resultados de extensão do prazo de autorização para a Companhia foram de 54 dias.

Como o cálculo prévio publicado em outubro de 2020 não considerava todos os parâmetros dados pela Resolução, o registro contábil decorrente da repactuação ocorreu apenas no exercício de 2021, a partir da divulgação da extensão pela ANEEL, com o registro de acréscimo no ativo intangível e redução do custo de energia elétrica, no resultado. O intangível é amortizado pelo prazo de autorização da usina.

(d) Licença ambiental

Os valores despendidos para a obtenção da renovação da licença de operação são registrados no ativo intangível e são amortizados pelo prazo da concessão, quando a renovação é efetuada.

(e) Servidões

Compreende os gastos capitalizados para o corredor de segurança estabelecido para proteger a linha de transmissão.

23.8 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. A companhia e sua controlada não realizam operação de risco sacado com fornecedores.

23.9 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) e o valor possa ser estimado com segurança.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23.10 Outros passivos circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

23.11 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

23.12 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e sua controlada. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

O reconhecimento da receita pela comercialização de energia elétrica ocorre em um determinado período de acordo com o cumprimento das obrigações de performance previstas nos contratos.

23.13 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

23.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. A Companhia é tributada pelo regime de lucro presumido.

Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

23.15 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto em lei.

23.16 Alterações de normas novas que ainda não entraram em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação"** para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas às instituições financeiras.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As alterações:

(a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;

(b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;

(c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e

(d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 10 de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

- **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza:** em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como 'contracts referencing nature-dependent electricity'. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de own use, (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. O Grupo está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais.

- **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, o Grupo desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.

O Grupo não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para a Companhia. Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma 150 de 151 primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

- **IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações e alterações:** Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.
- **Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11:** As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas:
 - IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro";
 - IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7";
 - IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros";
 - IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e
 - IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa".

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 10 de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

- **Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária:** Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se:
 - sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou
 - estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária. As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao feedback de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária.

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 10 de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

- **Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras":** Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras. Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) às quais estão relacionados.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

* * *